



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

MAÉZIA SANTANA FERNANDES BURITY

**REFLEXÕES ACERCA DO PRECONCEITO ÉTNICO-RACIAL EM
UMA ESCOLA ESTADUAL DE CAJAZEIRAS-PB**

CAJAZEIRAS-PB

2018

MAÉZIA SANTANA FERNANDES BURITY

**REFLEXÕES ACERCA DO PRECONCEITO ÉTNICO-RACIAL EM
UMA ESCOLA ESTADUAL DE CAJAZEIRAS-PB**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Pedagogia, da
Unidade Acadêmica de Educação
(UAE) do Centro de Formação de
Professores (CFP), da Universidade
Federal de Campina Grande (UFCG),
Campus Cajazeiras-PB, como
requisito para obtenção do título de
Licenciado(a) em Pedagogia**

**Orientadora: Profa. Ma. Belijane
Marques Feitosa**

CAJAZEIRAS-PB

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

B958r Burity, Maézia Santana Fernandes.
Reflexões acerca do preconceito étnico-racial em uma Escola Estadual de Cajazeiras - PB / Maézia Santana Fernandes Burity. - Cajazeiras, 2018.
46f.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Ma. Belijane Marques Feitosa.
Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2018.

1. Preconceito étnico-racial. 2. Racismo na escola. 3. Escola Pública- relações étnico-raciais. I. Feitosa, Belijane Marques. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 316.347

MAÉZIA SANTANA FERNANDES BURITY

**REFLEXÕES ACERCA DO PRECONCEITO ÉTNICO-RACIAL EM
UMA ESCOLA ESTADUAL DE CAJAZEIRAS-PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia, da Unidade Acadêmica de Educação (UAE) do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), *Campus* Cajazeiras - PB, como requisito para obtenção do título de Licenciado (a) em Pedagogia.

Aprovado em: 23/07/2018

BANCA EXAMINADORA

Belijane Marques Feitosa

Prof.^a Ma. Belijane Marques Feitosa – UAE/CFP/UFCG

Orientadora

Maria Thais de Oliveira Batista

Prof.^a Esp. Maria Thais de Oliveira Batista – UAE/CFP/UFCG

Examinadora

Zildene Francisca Pereira

Prof.^a Dr.^a Zildene Francisca Pereira – UAE/CFP/UFCG

Examinadora

Prof. Ms. Danilo de Souza Cesário

Suplente

AGRADECIMENTOS

Neste momento, gostaria de agradecer primeiramente à Deus por me permitir chegar até aqui, passei por tantas lutas ao longo destes anos e o Senhor me destes forças para concluir esta fase tão importante em minha vida.

Agradeço aos meus pais por se fazerem sempre presente e me apoiarem em tudo que decido fazer, vocês são minha inspiração. A todos os professores do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande, que tive a honra de estudar, e em especial a Professora Belijane, que aceitou tão prontamente o convite para ser minha orientadora, obrigada por cada momento de aprendizado, pelas contribuições e por cada encontro.

Não poderia deixar de mencionar a importância que cada amigo teve nesta trajetória, em especial o meu marido, que tanto suportou pacientemente minhas crises de ansiedade durante cada apresentação, estágio, no curso. Pelo incentivo, por me mostrar o quão era capaz de conseguir o que queria muito obrigada!

Aos amigos/irmãos que a vida me presenteou, Ygor e Yslany, meus eternos agradecimentos, por mais que eu tente escrever, jamais descreveria a importância de vocês para minha vida. E claro, não poderia esquecer aquelas amigas que tornaram a vida acadêmica mais leve e feliz, Rita, Fernanda, Leila e Karla, deixo registrado que o “quinteto fantástico” foi essencial para que eu chegasse até aqui, amo cada uma de vocês.

Obrigada a todos que de forma direta ou indiretamente contribuíram para meu crescimento.

Na escola não só aprendemos a reproduzir as representações negativas sobre o cabelo crespo e o corpo negro; Podemos também aprender a superá-las (GOMES, 2002, p. 50).

RESUMO

Trabalhamos na presente monografia o preconceito étnico racial nas escolas. A temática surgiu a partir do estágio, no Ensino Fundamental I, que me fez atentar para a relevância desta pesquisa. Mesmo diante de inúmeras situações preconceituosas existentes em nossa sociedade, percebemos a gravidade da problemática dentro da sala de aula. A problemática da pesquisa foi: como a escola/professor lida com a temática sobre o preconceito étnico-racial e que ações são desenvolvidas para que essa temática seja de fato trabalhada? Para responder ao questionamento temos como objetivo geral: Discutir acerca do preconceito étnico-racial em uma Escola Estadual da cidade de Cajazeiras-PB e como objetivos específicos: Verificar como a escola trabalha a temática sobre o preconceito étnico-racial; Analisar como os professores lidam com a temática do preconceito étnico-racial; Identificar em que momento ocorre casos de preconceito étnico-racial na escola. Partindo dessa problematização realizamos um estudo de campo com os professores de uma instituição pública na cidade de Cajazeiras/PB e verificarmos quais os fatores que interferem nas relações étnico-raciais. Partimos do pressuposto de que o preconceito étnico-racial está, fortemente, ligado à forma como se processam as relações na escola entre alunos e toda a comunidade escolar, ao currículo que é adotado nas instituições de ensino e as ações docentes, incluindo a falta de formação do professor, que inviabiliza o processo de ensino, da história e cultura africana e afro-brasileira, que leva o aluno a não conhecer, de fato, a história do negro. A pesquisa está fundamentada, principalmente, nas teorias de Bento (2011), Cavalleiro (2004) e Munanga (2005) dentre outros, que colaboraram para a conclusão de que a criança desde muito cedo passa a conviver com o racismo, e que a escola é responsável, em parte, pela construção e disseminação das relações de preconceito étnico-racial.

Palavras-chave: Preconceito étnico-racial. Escola. Racismo. Educação.

ABSTRACT

We work in this monograph the ethnic racial bias in schools. The theme came from the stage, in Elementary School I, which made me pay attention to the relevance of this research. Even facing countless preconceived situations in our society, we realize the seriousness of the problem within the classroom. The starting question is: How does the school / teacher deal with the issue of ethnic-racial prejudice and what actions are developed so that this theme is actually worked out? To answer the question we have as general objective: To discuss about the ethnic-racial prejudice in a State School of the city of Cajazeiras-PB and as specific objectives: To verify how the school works on ethnic-racial prejudice; Analyze how teachers deal with the issue of ethnic-racial prejudice and Identify when ethnic-racial prejudice occurs in school. Based on this problem, we conducted a field study with the teachers of a public institution in the city of Cajazeiras / PB and verify what factors interfere in ethnic-racial relations. We start from the assumption that ethnic-racial prejudice is strongly linked to the way school relations are handled between students and the whole school community, to the curriculum that is adopted in educational institutions and to teaching actions, including the lack of teacher training, which makes the teaching process, African and Afro-Brazilian history and culture unfeasible, that leads the student to not really know the history of the black people. The research is based mainly on the theories of Bento (2011), Cavalleiro (2004) and Munanga (2005) among others, who collaborated to the conclusion that the child starts living with racism very early and that the school is responsible, in part, for the construction and dissemination of ethnic-racial prejudice relations.

Keywords: Ethnic-racial prejudice; School; Racism; Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 O RACISMO NO BRASIL: breves considerações	12
2.1 Cultura Africana no cotidiano escolar	15
2.2 O preconceito étnico-racial na escola	18
2.3 O papel do professor diante do preconceito étnico-racial na escola	20
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	24
3.1. Caracterização do local pesquisado e dos sujeitos da pesquisa	24
3.2. Tipo de pesquisa, instrumentos e análise dos resultados	25
4 DIFERENTES OLHARES SOBRE O PROBLEMA DO RACISMO NO CONTEXTO ESCOLAR	10
4.1 Analisando os dados: tecendo reflexões	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICES	40
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	41
Apêndice B – Questionário de Caracterização.....	43
Apêndice C – Entrevista Semiestruturada.....	45

1 INTRODUÇÃO

Como descendentes de escravos e de senhores de escravos seremos sempre servos da maldade destilada e instilada em nos, tanto pelo sentimento da dor intencionalmente produzida para doer mais, quanto pelo exercício da brutalidade sobre os homens, sobre mulheres, sobre crianças convertidas em pasto de nossa fúria. (RIBEIRO, 1995, p. 120).

No Brasil, apesar de existir uma grande diversidade étnica e cultural, o racismo é algo presente nos mais diversos âmbitos da sociedade. O sentimento de superioridade do branco para com o negro está enraizado e, é manifestado, constantemente nas mais diversas situações. Até mesmo a escola, que é um local de crescimento intelectual e formação humana, dissemina, embora que camufladamente, essa ideologia de classes e culturas dominantes.

Essa temática precisa ser discutida constantemente no âmbito educacional isto porque se trata de uma prática que, de certa forma, é ocultada como se fosse algo presente apenas no imaginário de alguns indivíduos, vítimas, e não um fato presente no dia-a-dia da população brasileira.

A escola é referência na construção da identidade de indivíduos e grupos sociais. Entretanto, ela reproduz exatamente a ideologia da classe dominante que em sua maioria é branca. Estes acabam tornando normal a prática racista e, introduzindo o racismo no processo educativo, interferindo diretamente no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para o aumento da evasão escolar, analfabetismo dentre outros problemas que interferem na formação dos cidadãos.

O currículo oculto, trabalhado nas escolas, é um dos importantes fatores, de reprodução do racismo. As práticas de discriminações raciais na escola não se limitam às relações interpessoais, mas também por meio do material didático, como livros, revistas, jornais, filmes, desenhos, etc, o aluno é levado a entender que existe uma raça superior.

A violência racial nas escolas é uma prática que atenta contra o presente, modifica o verdadeiro sentido da construção histórica do país, tirando a importância do negro na cultura brasileira e, ainda restringe as possibilidades, do direito social de igualdade, presente na Constituição Federal de 1988, baseado no critério de “cor de pele” por isso, da mesma forma que os educadores podem influenciar indireta ou diretamente a prática do racismo, eles podem participar de forma relevante no seu combate dentro da escola e, conseqüentemente na sociedade.

A história do africano, no Brasil, não é contada como ela, verdadeiramente, aconteceu, toda a luta, conquistas, riqueza cultural é negada em nome de estereótipos criados para esse grupo social que tanto contribuiu com a formação do povo brasileiro. A escravidão é vista de forma distorcida, de forma negativa e como tatuagem, que ficou impregnada no povo africano e em seus descendentes brasileiros, e assim, o aluno negro está forçado a rejeitar suas origens, a se auto discriminar e negar sua cor.

A escolha do tema: Preconceito étnico-racial nas escolas surgiu durante o estágio, no Ensino Fundamental I, que me fez atentar para a relevância desta pesquisa. Pois diante de inúmeras situações preconceituosas existentes em nossa sociedade, percebemos a gravidade da problemática dentro da sala de aula, no âmbito escolar. Entendemos que a temática trabalhada, tão presente em nossa sociedade, surge com mais força na sala de aula, o contato com o preconceito não acontece inicialmente na sala de aula, pois a família é a primeira instituição formadora de valores da criança, sendo assim uma referencia muito presente no desenvolvimento identitário da criança, porém, a escola é grande responsável nessa formação.

O professor é elemento fundamental na formação do aluno. Quando sua prática educativa não está pautada na reflexividade, ele não terá condições de intervir em situações racistas, nem tampouco, terá condições de modificar ou adequar o currículo que não está pautado na diversidade, proposto às escolas, para que o conhecimento chegue a todos os alunos de forma justa e democrática.

A segregação de raças é percebida e, o pior, é aceito como normal, até mesmo no material didático trabalhado pelas escolas. Livros, revistas, jornais, filmes, etc. trazem o branco como referencial central e, suas características raciais são, em sua maioria, positivas, enquanto os personagens negros vêm representando, na maioria das vezes, situações de inferioridade.

O preconceito e a discriminação são tratados dentro da escola com naturalização, como se fosse uma condição própria do negro, minimizando o grande problema do preconceito e da discriminação. Fato que internaliza no aluno, branco ou negro, o sentimento de inferiorização da raça negra, levando-o a reproduzir, tais atitudes em toda a sociedade.

As humilhações sofridas pelos alunos negros, dentro das escolas, são práticas comuns. A linguagem de alunos e professores reforça o preconceito, termos como “neguinho”, “garoto de cor”, entre outros, marcam aspectos negativos do negro, fazendo com que a criança negra, negue a própria cor. Os professores fazem distinção entre

alunos, até mesmo, no estímulo e afeto, causando, assim a exclusão do aluno negro do processo de educação.

O que fortalece, ainda mais a condição de desigualdade racial é a falta de referência, ou seja, a falta de profissionais negros trabalhando nas instituições escolares. Para a efetivação dessa pesquisa elaboramos a seguinte problemática: Como a escola/professor lida com a temática sobre o preconceito étnico-racial e que ações são desenvolvidas para que essa temática seja de fato trabalhada? Para responder a esse questionamento elaboramos como objetivo geral: Discutir acerca do preconceito étnico-racial em uma Escola Estadual em Cajazeiras - PB, e como objetivos específicos: Verificar como a escola trabalha a temática sobre o preconceito étnico-racial; Analisar como os professores lidam com a temática do preconceito étnico-racial; Identificar em que momento ocorre casos de preconceito étnico-racial na escola.

A pesquisa realizada é de natureza qualitativa, por meio de uma pesquisa de campo com os professores do 1º ao 5º ano.

Desse modo, a monografia está organizada em cinco (05) capítulos compostos por introdução, referencial teórico, metodologia e análise de dados, que dialogam com a temática. O primeiro capítulo que é a introdução, onde discorremos sobre a relevância da discussão, na escola e na sociedade, acerca da temática do preconceito étnico-racial; o segundo é o referencial teórico, baseado em Bento (2011), Cavalleiro (2004) e Munanga (2005) entre outros que fundamentam as questões raciais vivenciadas no contexto escolar e suas consequências para a vida dos alunos e as raízes que deram origem aos estereótipos criados para o negro. O terceiro capítulo traz a metodologia utilizada na pesquisa e os caminhos percorridos para sua realização. O quarto capítulo apresenta a análise e interpretação dos dados coletados dos cinco professores do 1º ao 5º ano, comparando as informações apresentadas pelos membros da pesquisa com os conceitos de autores, a partir do problema levantado. O tratamento das informações relacionadas às teorias dos diversos autores possibilitou a compreensão das dimensões desse panorama, evidenciando as questões racistas e suas implicações.

No quinto e último capítulo trazemos as considerações finais e neste, conseguimos apreender que o preconceito étnico-racial existe em toda sociedade e que se origina da formação inicial da criança (relação familiar), sendo que a escola, ao invés de trabalhar a igualdade e valorizar todos os grupos que formam o povo brasileiro, dissemina, através de práticas educativas, a inferiorização do negro, contribuindo para a negação das origens culturais afro-brasileira.

2 O RACISMO NO BRASIL: breves considerações

O Brasil é caracterizado pela miscigenação, aqui estão presentes os mais variados tipos de raças e culturas, um País multicultural, onde sua raiz descende de negros, onde sua origem é negra. Ainda assim, observa-se um tipo de discurso de negação quanto a nossa origem, de resistência em entender que o racismo e as desigualdades entre negros e brancos fazem parte da nossa vivência, apenas é camuflado, mas permeiam os mais diversos espaços em nossa sociedade.

A imagem do negro vivenciada hoje é associada a diversos estereótipos, que se manifestam a partir de uma ideia preconceituosa, preconcebida erroneamente em relação a um grupo de indivíduos por meio de uma ou mais pessoas (LOPES, 2007). Os estereótipos intensificam cada vez mais o racismo, a discriminação e o preconceito.

Ao falarmos de racismo, imediatamente nos remetemos à figura negra, por este ainda ser a maior vítima do racismo no nosso país. O negro ainda é apontado, discriminado, diariamente pela sua origem, pelo simples fato de ter sua cor diferente do outro, sua cor, implica em todos os fatores diante da sociedade racista e preconceituosa na qual vivemos, assim, pensamos o racismo como, um “comportamento por meio do qual uma pessoa ou um grupo de pessoas manifesta uma ideia preconcebida – ou seja, um preconceito – contra um ou vários indivíduos pertencentes a um grupo de origem diferente e em geral considerada inferior” (LOPES, 2007, p. 12).

A ideia de que alguém possa se sentir superior a outra pelo simples fato de perceber que sua cor é diferente do outro, é sinônimo de uma sociedade retrógrada e que não reconhece de fato sua origem, além de não perceber que o indivíduo racista gera uma

[...] idealização de si mesmo para desvalorizar a pessoa ou grupo que ele considera inferior. Essa idealização resulta de uma impressão mental fixa, numa opinião preconcebida, derivada não de uma opinião espontânea e sim de julgamentos repetidos rotineiramente. Aí, nesses julgamentos, o racista atribui, por suposição, características pessoais e de comportamentos invariáveis a todos os membros de determinado grupo de pessoas (LOPES, 2007, p. 13).

É notável, que o racismo seja a forma mais covarde de discriminação, pois o indivíduo discriminado possui características raciais impossíveis de serem mudadas (SANT’ANA, 2005).

O preconceito e a discriminação racial são elementos diretamente associados à prática do racismo, para isso, também nos atentaremos a refletir um pouco mais sobre

suas definições, pois a diferenciação desses termos “é essencial para que saibamos identificar e combater as variadas formas de manifestação de ideologias que defendem a ideia de hierarquia entre pessoas”. (Programa Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 1998, p. 12 *apud* SANT’ANA, 2005, p. 61).

É fácil nos depararmos diariamente com os mais variados tipos de preconceitos, nos mais diversos espaços e situações. Este acontece de forma tão naturalizada que mal percebemos o efeito negativo, chegam até a serem “clássicos” de tanto serem utilizados. Desse modo, enfatizamos o preconceito como sendo “[...] uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. Ele pode ser definido, também, como uma indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos (SANT’ANA, 2005, p. 62).”

De uma forma abrangente, quando agimos com base em estereótipos acabamos julgando o outro, reforçando uma imagem já formada em nossa mente, assim, “estes preconceitos, aos poucos, vão se transformando em posições diante da vida, ao se espalharem nas relações interpessoais” (SANT’ANA, 2005, p. 63). Por outro lado, se analisarmos o preconceito no qual se refere ao negro, percebemos que existem inúmeros estereótipos que sempre classifica o negro negativamente, que o inferioriza cada vez mais e são repassados de geração para geração e que estão enraizados na cultura popular, tornando o processo de desmistificação da figura negativa do negro mais difícil.

A discriminação racial ocorre quando excluímos, segregamos alguém por ela ser diferente etnicamente de nós. Na Convenção da ONU (1966 *apud* SANT’ANA, 2005, p. 63) que tratava sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação racial, foi estabelecido que a expressão “discriminação racial” significa,

[...] qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência fundadas na raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por fim ou efeito anular ou comprometer o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em igualdade de condições, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos domínios político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública.

A prática do racismo vem na maioria das vezes acompanhada da ausência do conhecimento sobre a origem de nossos antepassados negros. É válido destacarmos que a chegada do negro no Brasil influenciou fortemente a nossa cultura religiosa, nosso vocabulário, as mais diversas construções como igrejas, casarões, o artesanato, imagens de santos, adornos, ritmos musicais, culinária e tantas outras coisas que reforçam a sua

importância social. Falar da influência do povo negro é falar de sua relevância, de sua significativa parcela para a construção de um Brasil, em termos sociais, culturais e materiais.

Ainda assim, percebemos o quanto o negro precisa, necessita se (re) afirmar diariamente, para si e para o outro, pois de tantas vezes serem atacados por sua cor, não percebem que a culpa não é sua, não é por você ser negro que pode ser mal tratado, que precisamos ser respeitados assim como outros, que sua cor não deve implicar na sua condição social e muito menos intelectual, que ser negro é ser humano, que pertence a esta sociedade, uma vez que, no nosso País a “diferença” deveria ser um fator predominante na perspectiva de agregar, justamente por ser multicultural e não algo que fomenta ainda mais as desigualdades sociais.

O Brasil é um País marcado pela herança da escravidão, que vive sob o discurso da democracia racial, que sofre com comportamentos discriminatórios, desiguais, mas que permanece lutando para que as políticas públicas realmente se efetivem.

Nos últimos anos, diversos movimentos sociais conquistaram direitos que contribuíram socialmente com a condição de muitos negros no País, um exemplo foi a Lei nº 12.288 de 20 de Julho de 2010 que institui o Estatuto da Igualdade Racial que tem como finalidade “garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (BRASIL, 2010). O Movimento Negro e o Movimento Feminista também influenciaram positivamente no crescimento da discussão e respeito à diversidade cultural, além de fortalecer a identidade da população negra (SANTOS, 2009, p. 47-56 *apud* SANTOS, 2011, p. 86).

Para tanto, esses movimentos que influenciaram nestas conquistas, só nos fazem perceber a importância da continuidade da luta a favor da inclusão social, econômica e cultural do negro, rompendo os paradigmas de que nossa sociedade possui uma democracia racial.

2.1 Cultura africana no cotidiano escolar

Atualmente, falar da África é despertar raízes históricas sobre as enormes contribuições desse Continente para nosso País. Uma história que na maioria das vezes é desconhecida durante quase toda nossa vida estudantil, que os livros, a escola e a sociedade acabam trazendo uma imagem distorcida de um lugar e de um povo. A visão de um Continente devastado pela fome e pobreza prolonga-se até os dias atuais, a ideia do negro escravizado e sem cultura, “(...) deixando fortes marcas nas ciências humanas e, em particular, na antropologia e na historiografia sobre a África (HERNANDEZ, 2005).”.

O olhar lançado sobre a África e a posição dos colonizadores facilitou a formulação da ideologia de superioridade àqueles que faziam parte dessas descobertas, tornando-os assim, superiores, inteligentes, “(...) sendo-lhes, por isso, conferida a tarefa de formular uma nova visão do mundo, capaz de compreender, explicar e universalizar o processo histórico (HERNANDEZ, 2005).” Toda essa visão fez da África um Continente inferiorizado pelos colonizadores, logo, com a imagem do negro não foi diferente, isso significa que “o saber ocidental constrói uma nova consciência planetária constituídas por visões de mundo, auto-imagens e estereótipos que compõe um “olhar imperial” sobre o universo (HERNANDEZ, 2005).”

Nos últimos anos, essa história vem sendo redescoberta e tem sido muitas vezes, objeto de estudo por diversos pesquisadores. Fazer com que seja conhecida a real história da África não é tarefa fácil diante de tudo que está enraizado, mas esse trabalho fortalece a construção identitária do negro na sociedade e conseqüentemente na escola. É válido concordar com as palavras de Reis (2008, p54-55) quando ela fala que,

[...] torna-se impossível de quantificar ou mesmo resumir a contribuição dos africanos para nossa herança cultural. Os saberes trazidos da terra natal englobam todos os campos da vida humana: social, religioso, econômico, técnico ou mental.

A sanção da Lei 10.639/2003, já presente na Lei de Diretrizes e Base (LDB) veio para intensificar o interesse pelo estudo, nas escolas, da África e de seus descendentes no Brasil, a referida lei tem como objetivo promover aulas para discutir e trabalhar de forma adequada sobre a cultura afro-brasileira e ressaltar a importância da lei como um instrumento que possibilite de forma efetiva o combate ao racismo e a discriminação racial, além de fortalecer a identidade negra.

Ainda sobre a identidade negra, (MUNANGA 2009 *apud* SANTOS, SANTOS, GALVÃO 2011, p. 82) nos faz perceber que “a violência é gerada pelo enfraquecimento da identidade negra em nossa sociedade, situação que impacta diretamente na produção de sentidos sobre o “eu”, o “outro” e os espaços que estes ocupam.”

Mas, é preciso destacar que existem escolas que ainda não perceberam a relevância de uma educação democrática que se sensibilize com o ensino da diversidade cultural, que, infelizmente, só visam e trabalham a temática nos dias comemorativos e que simplesmente não cumprem a Lei. Mesmo sabendo que o estudo da diversidade cultural é um desafio, devemos perceber que também foi e é uma grande conquista e que precisa ser trabalhada e vivenciada em todas as escolas.

A realidade é que muitos professores não trabalham a temática étnico-racial por diversos motivos, considerá-la um tabu é um desses motivos, a despreparação profissional também ocasiona à dificuldade de abordar a temática, além do fato de que em diversas ocasiões o professor é o indivíduo que discrimina ou que é discriminado.

O fato de muitas vezes, os professores, por não serem preparados profissionalmente, e até mesmo psicologicamente, faz com que este, não programe e ministre sua aula de forma adequada, assim, a escola, que deveria ser um local onde não há exclusão e que deveria formar cidadãos críticos e reflexivos, acaba se tornando um espaço excludente, onde se perpetuam as desigualdades raciais por não ter um currículo que trabalhe a temática de forma adequada. Assim, Cavalleiro (2004, p. 124) ao falar do negro e da educação, observa que:

A omissão dos profissionais da educação sobre esse problema, que atinge diariamente o cotidiano escolar e se mostra eficazmente prejudicial ao grupo negro, deve ser questionada. Silenciar diante do problema não apaga magicamente as diferenças. Mas permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento do outro que lhe é diferente.

A escola precisa promover discussões sobre o racismo, o preconceito e a discriminação, lá deve ser um lugar de apropriação de conhecimentos e de promoção de respeito às diferenças. Percebemos que mesmo diante de tantas conquistas dos negos, o currículo formal apenas associa a imagem do negro como escravo, negativamente, omitindo de fato a sua real história de lutas e conquistas. A escola promove a cultura do silêncio, de calar o sofrimento, a opinião de muitos alunos.

Faz-se necessário, estudar a África como um Continente base para o crescimento social, cultural do nosso País, porém o ensino que temos hoje pautado em

um currículo formal não contribui para uma educação baseada na diversidade. Assim, as escolas que não valorizam um currículo pensado na diversidade cultural reproduzem as desigualdades, além de não favorecerem os alunos negros que ali estudam. É necessário que a escola trabalhe para que o aluno não seja excluído, que auxilie esse estudante a fortalecer sua identidade. Nesse sentido, ignorar as relações étnicas no espaço escolar poderá “(...) comprometer o desempenho e o desenvolvimento da personalidade de crianças e de adolescentes negros, bem como estar contribuindo para a formação de crianças e adolescentes brancos com um sentimento de superioridade.” (CAVALLEIRO 2007, p. 32-33).

A exclusão e até mesmo as desistências escolares desses alunos ocorrem por diversos casos de racismo, de discriminação racial, que acontecem no ambiente escolar, as brincadeiras, estereótipos advindos de outros colegas e até mesmo da própria gestão escolar acaba frustrando esse aluno, levando-o a desistir do ambiente escolar, quando deveria ser ali, naquele espaço, que ele devia aprender que sua cor, sua origem não deve implicar, nem gerar nenhum tipo de discriminação, ao contrário, que esta contribuiu e contribui significativamente para o crescimento nos mais variados aspectos do nosso país. A sociedade e as instituições de ensino não são justas com os negros, não há como o negro concorrer de forma justa, pois a exclusão é um fator que o afeta diretamente, sendo que a violência sofrida acaba influenciando no seu futuro.

Não devemos esquecer que as escolas ao trabalharem a real história da África e as conquistas dos negros, não deixem de voltar uma atenção significativa sobre o racismo e o preconceito. Atentar para uma educação diversificada é acreditar no cumprimento efetivo da lei, não só por obrigação, mas por necessitarmos que a escola, por ser uma instituição plural, faça de fato o seu papel de formadora, além de reconhecer a legislação existente como instrumento relevante para que a sociedade perceba a importância de nossas raízes e do combate ao preconceito.

2.2 O preconceito étnico-racial na escola

A discussão em torno das desigualdades raciais nas instituições escolares ainda é muito precária e ainda um tema desafiante a ser discutido, uma vez que vivemos sob a cultura de branqueamento e uma sociedade preconceituosa que ainda não vê o negro como um ser histórico, social, que contribuiu nos mais diversos aspectos no processo de construção da nossa sociedade.

A escola como discutimos anteriormente, reproduz a cultura do racismo e do preconceito quando não possui um currículo que repense uma nova forma de trabalhar a cultura afro-brasileira e as relações étnico-raciais. Partindo desse pressuposto, sabemos que o espaço escolar possui diversas formas de propagar o preconceito e o racismo, uma dessas formas são os materiais didáticos, em especial os livros didáticos. Munanga (2005) aborda que esse e outros materiais áudio visuais propagam conteúdos carregados de preconceitos sobre a cultura e povos não ocidentais, fazendo com que assim:

Os mesmo preconceitos permeiem também o cotidiano das relações sociais de alunos entre si e de alunos com professores no espaço escolar. No entanto, alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional (MUNANGA 2005, p. 15).

A disseminação do preconceito nos livros didáticos é clara, entretanto é uma questão tão enraizada que por vezes acaba passando despercebido em algumas situações, invisibilizando assim o preconceito. A apropriação da imagem do branco é sempre destacada por personagens, situações que o engrandeça, que reforce a imagem de superioridade. Já, se observarmos em quais personagens ou situações estão os negros, iremos de fato constatar a discrepância em ambas situações. Assim, Cavaleiro (2007, p. 34) destaca que “esses livros didáticos contribuem para reforçar estereótipos sobre o grupo negro”, propagando uma imagem negativa e errônea. Ainda refletindo sobre o livro didático, a autora Cavaleiro (2007, p. 34) expõe que “(...) os personagens negros aparecem como escravos, humildes, empregados domésticos e pobres, entre outros”. Desse modo, os personagens negros, em comparação com os demais, são os que apresentam o maior percentual de personagens negativos. Até mesmo nos demais meios de comunicação podemos facilmente perceber que o grupo negro ainda é associado à imagem negativa.

Assim, é preciso que o professor observe cuidadosamente para não acabar fomentando essas práticas. Que observe a sala de aula para que o preconceito existente no livro não auxilie os estereótipos e que não seja omissivo quanto a falar sobre tais problemas, pois na maioria das vezes o professor e até mesmo a gestão escolar omite casos preconceituosos e racistas ocorridos na escola, ao invés de aproveitar esses momentos excludentes para ajudar o aluno discriminado a não se sentir inferiorizado pelos demais colegas, para que assim, possa “(...) ajudar esse aluno para que ele assuma com orgulho e dignidade os atributos de suas diferenças, sobretudo quando esta foi negativamente introjetada em detrimento de sua própria natureza humana (MUNANGA 2005, p. 15).”

Podemos observar a despreparação dos profissionais da educação no que se trata do trabalho da temática sobre a cultura afro-brasileira e de como há educadores e gestores que não sabem lidar com o preconceito, com o racismo, com a discriminação racial, que de uma forma ou de outra, acabam silenciando um tema indispensável a ser discutido nos espaços escolares. “Por outro lado, há a vasta experiência pelos professores em ocultar suas atitudes e seus comportamentos preconceituosos, visto que estes constituem uma prática condenável do ponto de vista da educação” (CAVALLEIRO 2007, p.33).

A não devida atenção dada a muitos casos de preconceito que ocorrem muitas vezes, na sala de aula e não são levados a sério, ocorre porque muitos profissionais acabam “fingindo” não vê-los, apenas para não terem o trabalho de conversar sobre o assunto, ou até mesmo por acreditarem que aquele assunto não tem relevância e que aquela criança, por ser negra, já se “acostumou” a ouvir aqueles tipos de “brincadeiras”. A esse respeito, Cavalleiro (2007, p. 33) nos diz que “a não percepção do racismo por parte das crianças também está ligada à estratégia da democracia racial brasileira, que nega a existência do problema.”.

É inaceitável o fato de professores perceberem atos racistas e preconceituosos em sala e omitirem, de internalizar que aquela criança não se incomodou ou que ela teve alguma parcela de culpa de ter sofrido preconceito por ser negra. Às vezes, o professor não consegue nem sequer distinguir uma atitude racista de uma brincadeira, isso se dá a falta de preparo profissional por parte do professor. Desse modo, Cavalleiro (2007, p. 34) desenvolve uma pesquisa em que o depoimento de uma professora concorda em ressaltar o estereótipo de que crianças negras possuem dificuldades intelectuais pelo fato de serem negras e que elas desistem da escola por não acompanharem as demais. É inconcebível que um professor ou qualquer outra pessoa pense que uma criança por ser

negra possua dificuldades de aprendizagem, esta dificuldade se deve a diversos fatores, como o currículo que segrega os alunos negros e os fazem desistir de competir com uma sociedade e uma escola racista. E isto não é culpa do negro, pois a sociedade, nem muito menos a escola é justa na corrida de uma vida bem sucedida. A culpa não é do negro quando o professor e a escola permitem que ela sofra preconceito, racismo e discriminação em meio ao espaço escolar, isso é fruto de uma sociedade preconceituosa e da ausência de discussões em torno dessa questão no seu processo de formação profissional.

A ausência do cumprimento da lei 10.639/2003 é fácil ser notada nos espaços escolares, e no nosso entendimento reforça a invisibilidade em torno da questão do preconceito racial presente no cotidiano escolar e reforça ainda a disseminação, consciente ou inconsciente, de práticas racistas.

A escola e os professores precisam se fazer presentes no combate às diversas manifestações de discriminação, de racismo, é seu papel formar cidadãos que consigam distinguir os diferentes tipos de preconceitos, para que assim sejam educados e formados para o respeito às diversidades presentes em nossa sociedade e não a disseminar práticas racistas.

2.3 O papel do professor diante do preconceito étnico-racial na escola

O preconceito racial está presente nos mais diversos setores da sociedade brasileira, causando um tratamento desigual entre brancos e negros, restringindo o acesso de um grupo étnico aos direitos sociais, baseado em um critério de cor de pele. Esse problema social, ganha uma dimensão bem maior, quando vivenciado dentro da escola. Embora, velado, o preconceito e a discriminação racial existem no âmbito escolar e, são disseminados, naturalmente, pelas instituições de ensino.

A distinção feita entre brancos e negros, no ambiente escolar, desde a educação infantil, é uma das grandes causadoras, do analfabetismo, evasão escolar e consequentemente da desigualdade social, entre os grupos. Não se pode negar que o comportamento racista, muitas vezes explicitamente, ocorre na sociedade, em geral, mas é na escola que ele é naturalizado e imposto aos alunos, como modelo natural de tratamento.

Cavalleiro (2004) cita o currículo como principal reprodutor das ideologias de classes e, como a classe dominante, em sua maioria é composta por brancos, o currículo se apresenta às escolas, “recheado” de uma ideologia racista. Os interesses sociais e

políticos sempre fizeram, de forma marcante, parte da história da construção do currículo escolar, deixando em segundo plano ou fora deles fatores relevantes da cultura afro-brasileira.

Qualquer ação no âmbito escolar não possui um caráter neutro ou imparcial, tem sempre uma intencionalidade subjacente ao que se apresenta. Porém, espera-se que os profissionais que atuam na escola tenha uma postura crítica em relação ao currículo, que tenham uma postura reflexiva em relação à condução do trabalho pedagógico, pois embora o currículo seja pensado pela classe dominante, o professor tem a liberdade de adaptá-lo as necessidades dos alunos “a elaboração de um programa curricular que valorize as contribuições de várias culturas de forma explícita dinamiza e potencializa o conhecimento numa perspectiva multicultural e intercultural” (SILVA, 2003, p.30).

Não é possível minimizar a importância do professor nas ações educativas. Logo, o professor comprometido com o trabalho pedagógico, e que tenha uma postura crítica em relação às questões étnico-raciais tem condições de analisar, criticamente, o material didático disponibilizado às escolas, no intuito de trabalhar com o que for importante para a formação social dos alunos.

Cavalleiro (2004) traz alguns aspectos referentes ao livro didático, que muitas vezes é naturalizado pelos professores e, também, pelos alunos. As imagens apresentadas nos livros, da figura negra estão, sempre, representando situações de inferioridade e da grande quantidade de personagens brancos, quase sempre com aspectos positivos, como se a nossa população fosse formada somente por brancos e os negros fossem a exceção.

Um fato interessante para ser analisado é referente às cores utilizadas pelas crianças, desde a pré-escola, para colorir os desenhos. Qual a cor do lápis “cor de pele”? (expressão bastante utilizada pelas crianças). O lápis “cor de pele” é um lápis bege, e as crianças são levadas a acreditar que devem representar a pele do personagem, com a cor mais clara da caixa de lápis. O mais absurdo é que os professores alimentam essa ideia desprezando os desenhos coloridos com outras cores.

Com o advento da Lei 11.645/2008 que altera e obriga o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana houve mudanças significativas no currículo. Essa conquista foi resultado de muita luta dos movimentos negros do país, e tem um significado muito importante às políticas educacionais. Porém, somente a instituição das Leis não é suficiente para modificar o currículo, impregnado da cultura hegemônica, e a prática dos professores. Outras medidas são, essencialmente, necessárias, para que se efetive o que, de fato, mandam as Leis.

[...] a lei é uma ação afirmativa, uma política de reparação, de reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade do povo negro, que atende ao determinado pelo Programa Nacional de Direitos Humanos, bem como aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, durante a Convenção da UNESCO de 1960, objetivando combater o racismo e a discriminação, e pela *Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia Discriminação Correlatas*, promovida em Durban, África do Sul, em setembro de 2001. (SILVA, 2003, p. 43)

A existência das Leis é um fator primordial para a efetivação das políticas sociais na escola, porém sozinhas não possui poder para mudanças efetivas em nossa realidade escolar. É necessário que o professor e toda a comunidade tenham vontade e subsídio para trabalhar os aspectos das Leis. Faz-se necessário uma mudança nos conteúdos curriculares e a formação dos professores que permita e que viabilize o desenvolvimento de técnicas para trabalhar todas as questões referentes à temática.

A ideia de mudança nas práticas educativas como medidas para minimizar as atitudes racistas, não somente por parte dos professores, mas de toda comunidade escolar, também é sugerida por Cavalleiro (2004)

- Discutir na escola, entre alunos e professores a diversidade racial da sociedade brasileira, levando os alunos a entenderem o processo pós-escravidão e a atual situação no negro na sociedade brasileira;
- Propiciar tratamento igualitário, independente de cor, em termos de carinho, atenção, estímulo, valorização, elogio, participação etc.
- Favorecer a divulgação de cartazes, livros, revistas e músicas que contemplem os indivíduos negros de forma positiva, para serem utilizadas nas atividades escolares;
- Providenciar livros que narrem histórias de vidas de indivíduos negros;
- Privilegiar, no espaço escolar, a presença de profissionais negros, contemplando a diversidade racial da sociedade;
- Fazer das atitudes cotidianas a comprovação do respeito à diversidade racial no espaço escolar e social (CAVALLEIRO, 2004, p. 123-124).

Assim, os alunos terão mais oportunidades para acessarem os saberes mediados pelo docente e pela escola, de maneira crítica e consciente, construindo, assim uma perspectiva de respeito pela diversidade racial, e o professor e a instituição escolar estarão, de fato, cumprindo com o seu papel de educar para a cidadania.

Nesse sentido, podemos perceber que embora o currículo seja um forte aliado na multiplicação de comportamentos racistas, o professor, que atua diretamente com os

alunos, pode e deve buscar modificar sua prática em sala de aula, mostrando que não existem raças distintas e nem grupos humanos superiores ou inferiores, que todos os indivíduos são iguais em suas diferenças. E para tanto, o professor não necessita de uma disciplina exclusiva, para trabalhar o racismo, ele pode tratar do tema em todas as disciplinas em sua prática diária de maneira transversalizada, claro que o desenvolvimento de um projeto que contemple o estudo da cultura africana e afro-brasileira seria uma boa ferramenta.

Mas para que tenha início a um processo de desconstrução do racismo dentro das escolas, é necessário que haja uma formação dos professores, baseadas em reflexões acerca da diversidade racial, partindo do princípio que o Brasil é um país composto por diversos grupos com características próprias e, da importância da nossa herança africana na construção do nosso país.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para desenvolvermos uma pesquisa carecemos que algo nos inquiete a ponto de desejarmos procurar caminhos que nos levem a compreender o que está nos inquietando. Este estudo buscou tecer possíveis reflexões acerca do preconceito étnico-racial em uma escola da rede estadual de Cajazeiras/PB.

Nessa perspectiva concordamos com Matos quando afirma que:

A pesquisa é a atividade [...] que nos permite a aproximação e o entendimento da realidade que investigamos, e, além disso, nos fornece elementos para possibilitar nossa intervenção no real. Assim, pesquisar não representa apenas refletir e entender os fenômenos ligase diretamente a uma possível ação, que poderá ou não ser realizada. (MATOS 2010, p. 21-22).

De acordo com Minayo, 2007, (*apud* GERHARDT; SOUZA, 2009, p. 13) metodologia é definida, dentre outras formas, como sendo “[...] a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação [...]”.

Nesse sentido, buscamos através desse estudo uma aproximação com a realidade pesquisada, com vistas a refletir sobre o fenômeno aqui estudado.

3.1 Caracterização do local pesquisado e dos sujeitos da pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma Escola Estadual de Ensino Fundamental I no município de Cajazeiras/PB.

A referida escola atende a crianças oriundas de baixa renda da zona rural e urbana da cidade de Cajazeiras/PB, funcionando nos horários, matutino, vespertino e noturno, trabalhando com as turmas de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I, e Educação de Jovens e Adultos (EJA), e recebendo 278 alunos.

Participaram dessa pesquisa (05) docentes que lecionam do 1º ao 5º ano, que foram selecionados mediante critérios pensados para o desenvolvimento desse estudo para termos uma visão mais ampla acerca do que pensam os profissionais de turmas diversas, e analisarmos as diversas concepções sobre a temática. Para preservar suas identidades, usamos pseudônimos para nos referirmos aos mesmos. A professora do 1º ano, que chamaremos de Maria, 35 anos, já leciona há mais de seis (06) anos nessa instituição, sendo que os últimos três (03) no mesmo Ano; a professora Rita, 52 anos, do 2º Ano tem quinze (15) anos de magistério, mas o primeiro nessa instituição; A

professora do 3º Ano, Luana, 28 anos, é recém-formada, primeiro ano em sala de aula; A professora Estrela, 41 anos, lecionou em todas as turmas do Ensino Fundamental I, ao longo dos 10 anos de magistério e atualmente está ensinando na turma do 4º Ano; No 5º ano, leciona a professora Georgia, 38 anos, com 05 anos de magistério, todas graduadas em Pedagogia.

Cada participante teve acesso ao Termo de Livre de Consentimento, onde pôde constatar os objetivos e finalidades desse estudo.

3.2 Tipo de pesquisa, instrumento e análise dos resultados

Na parte inicial desse trabalho monográfico, toda a pesquisa desenvolvida a partir de uma revisão literária e a pesquisa foi desenvolvida mediante a busca de conhecimentos acerca do tema aqui abordado, a partir de reflexões em torno de estudos referentes ao tema, em materiais bibliográficos. No que diz respeito à pesquisa bibliográfica, Matos nos diz que esta "é realizada a partir de um levantamento de material com dados já analisados, como livros, artigos científicos, páginas de web sites, sobre o tema que desejamos conhecer." (2002, p. 40).

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizamos a abordagem qualitativa por compreendermos ser adequada ao nosso estudo uma vez que proporciona uma aproximação importante entre pesquisador e objeto de estudo, na perspectiva de compreender a realidade pesquisada. A esse respeito, concordamos com (MINAYO, 2001, *apud* SILVEIRA; CÓRDOVA 2009, p. 32) quando coloca que:

[...] a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significado, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação.

Realizamos a coleta de dados por meio de uma entrevista semiestruturada contendo cinco questões para (05) cinco docentes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I, voluntários da pesquisa, sendo cada professor de um ano diferente. A entrevista desenvolvida para os professores contém questões acerca do preconceito em

sala de aula, sobre aspectos legais referentes às questões étnico raciais, a forma de atuação dos professores, no que concerne à temática e como essas relações interferem na formação social e humana do aluno.

Assim, por meio dessa entrevista semiestruturada, os professores puderam expor o que pensam acerca das relações étnico-raciais no contexto escolar, sem qualquer alteração nas respostas apresentadas pelos sujeitos da pesquisa. De acordo com Gil (2008, p. 109).

[...] A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais. Psicólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais e praticamente todos os outros profissionais que tratam de problemas humanos valem-se dessa técnica, não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnóstico e orientação. Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes.

É fundamental enfatizarmos que a entrevista é um importante instrumento de coleta de dados para uma investigação social utilizada em diversos campos do conhecimento. Optamos pela entrevista semiestruturada, por oferecer mais facilidade, flexibilidade, acessibilidade, liberdade no desenvolvimento das perguntas necessárias ao conhecimento a respeito da problemática estudada, dentre outros benefícios encontrados para se chegar a um resultado coerente com o contexto analisado.

Considerando a abordagem que utilizamos para desenvolvermos esta pesquisa, optamos por realizar uma análise de conteúdo do tipo temática, uma vez que

A análise temática é transversal, isto é, recorta o conjunto das entrevistas através de uma grelha de categorias projectadas sobre os conteúdos. Não se tem em conta a dinâmica e a organização, mas a frequência dos temas extraídos do conjunto dos discursos, considerados como dados segmentáveis e comparáveis. (BARDIN, 1977, p. 175).

Assim, após a leitura e transcrição dos dados, empreendemos o processo de categorização dos dados coletados com vistas ao processo de análise de acordo com as bases teóricas abordadas para a melhor compreensão da temática estudada.

4 DIFERENTES OLHARES SOBRE O RACISMO NO CONTEXTO ESCOLAR

Partindo do entendimento de que o racismo é uma forma que determinados grupos sociais possuem de exercer o poder sobre outros grupos, e que nessa relação de superioridade, baseada em aspectos físicos e de conduta do ser humano, o grupo social supervalorizado detém o poder, tendo os privilégios e benefícios em detrimento do grupo menos valorizado, ou seja, a cultura racista impregnada em nossa sociedade supervaloriza o branco enquanto desvaloriza o negro. Percebemos, a partir desses aspectos étnico-raciais levantados, e as relações permeadas por essas questões a necessidade de desenvolver um estudo nessa área, com o anseio de se nos aprofundarmos no conhecimento relativo a essas questões, e assim, realizamos uma pesquisa de campo com professores que atuam no em uma escola Pública e que vivenciam, no exercício, práticas racistas e as consequências para os alunos.

Para alçar as nossas discussões e alcançar o seguinte objetivo, proposto inicialmente, que é analisar o preconceito étnico-racial na Educação Fundamental I, realizamos uma entrevista semiestruturada com cinco (05) professores e trabalhando em turmas diferentes. Decidimos pesquisar professores do 1º ao 5º ano, para compreendermos essa dinâmica das relações em todo o ensino Fundamental I. Definimos cinco (05) questões que dizem respeito aos seguintes aspectos: O preconceito étnico-racial existente na escola, como o racismo é visto pelos professores, a perspectiva do trabalho pedagógico e aspectos referentes à legislação, no que concerne a defesa dos direitos do negro e a política e efetivação das leis.

Para as análises interpretativas, buscamos considerar o contexto de atuação dos professores, e, principalmente, a autenticidade e honestidade das respostas apresentadas pelos sujeitos da pesquisa, no intuito de conduzir de forma fidedigna a pesquisa e o seu resultado. Quando pensamos em abordar questões ligadas ao racismo a ao preconceito no âmbito escolar, não visamos, somente, aplicar conceitos ou resultados alcançados por outros autores, mas utilizar como suporte teórico as diversas pesquisas realizadas na área e inter-relacioná-las aos conceitos dos professores para elucidar questões tão presentes na escola, como as práticas racistas e suas ramificações.

A partir das respostas apreendidas foi possível perceber a angústia dos professores, em se tratando das práticas racistas, tão presentes na sala de aula e suas

consequências para o desenvolvimento dos alunos. Os professores apresentaram respostas muito semelhantes às indagações feitas. Atribuíram o problema a diversos fatores.

Procuramos seguir, de forma fiel, os dados coletados durante a pesquisa, a fim de garantir um resultado fiel ao contexto investigado. Durante a pesquisa, analisamos, além, das respostas dadas pelos entrevistados, suas expressões de tristeza no que concerne a prática do racismo na escola. Buscamos, através dessa pesquisa, compreender como a prática pedagógica influencia ou contribui de forma positiva ou negativa na formação identitária e social dos alunos.

4.1 Analisando os dados: tecendo reflexões

Há opiniões diversas entre cientistas e estudiosos acerca do conceito de raça. Essas divergências partem do questionamento acerca da existência de diferenças entre os grupos a ponto de ser chamada de raças, porém é relevante destacar que se pensarmos que existem raças distintas que diferenciam os grupos humanos, estaria colaborando com a disseminação do sentimento de superioridade entre os povos ao qual chamamos de racismo ou preconceito racial.

Partindo da compreensão de que raça deve ser uma palavra que ressignifique união e igualdade e não algo que compactue com as diferenças humanas, assim, concordamos com a fala de Bento (2011) quando diz que diversas “pesquisas concluíram que não existem diferenças biológicas entre os seres humanos, ou seja, há somente uma raça: a humana.”

Pensar de outra forma, em relação aos grupos sociais ou “raças” – assim como muitos definem – e o mais grave é que sendo esse sentimento passado de geração para geração e reproduzido na escola, acaba se tornando uma questão muito difícil de ser extinta da sociedade.

A nomenclatura (racismo) vem da palavra raça e surge, devido ao entendimento de que existem diferentes raças, cujas características se diferem. E essas diferenças existentes entre os grupos produzem o sentimento de superioridade e conseqüentemente dos preconceitos e discriminações. Por isso, a necessidade de pensarmos sobre o entendimento do que são raça e racismo na ótica dos professores de 1º ao 5º ano de uma Escola Estadual de Ensino Fundamental I elaboramos uma questão que indagava **o que os professores entendiam por raça e preconceito racial.**

Através das respostas apresentadas pelos professores, pudemos perceber que existe uma lacuna, quanto ao entendimento acerca das questões abordadas. Assim, podemos acompanhar no bloco de respostas:

Raça é um grupo de pessoas que se diferenciam por características físicas e o preconceito vem, justamente, dessas diferenças. **(Maria)**.

Raça é a denominação de pessoas com modos, cultura, religião e cor diferentes e o preconceito racial é o sentimento de superioridade que uma raça ou pessoa sentem em relação aos demais. **(Rita)**

Raça é, na verdade, um conceito errôneo que se faz a respeito a respeito das diferenças existentes entre os povos, sendo que o preconceito surge desse entendimento. Uma pessoa se sente mais importante, mais bonita ou mais inteligente que outra, baseada nos aspectos físico. Isso ocorre, principalmente entre brancos e negros. O branco, que acredita possuir todos os atributos de superioridade em relação ao preto e, assim toda essa propagação de poder e de discriminação. **(Luana)**.

A meu ver, raça é a raça humana e dentro desse grande grupo humano existem subgrupos com diferenças próprias. Essas diferenças e ao mesmo tempo mistura, uma vez que os grupos se misturam dando origem a novos grupos, é o que diferenciam os grupos. Há em nosso meio um conceito errado sobre raça, sendo desse conceito que surgem o preconceito racial, que é a discriminação de um grupo ou raça em relação aos outros. **(Estrela)**

Raça é um conceito criado para diferenciar os povos por características, como a cor da pele, o cabelo entre outras, enquanto o preconceito racial se refere a discriminação de uma raça para com as demais. **(Georgia)**.

De acordo com a maioria dos professores, raça é o conceito atribuído aos grupos étnicos, que se diferenciam por características próprias, e que o racismo vem justamente desse conceito, sendo o sentimento de superioridade de uma raça para com outra. Os demais também acreditam que o preconceito racial está ligado as diferenças entre os povos, porém apresentam definições muito próximas das apresentadas por Bento (2011) citado anteriormente.

Pudemos entender através das respostas dos professores o conceito que esses profissionais detêm sobre o que é raça, que leva a um conceito simplista do que é preconceito racial. O que pode conferir aos alunos um entendimento errôneo acerca desses conceitos, uma vez que os professores podem atuar de modo positivo ou negativo em relação a autorreferência que a criança vai desenvolver em relação as questões étnico-raciais.

[...] No convívio com os estereótipos negativos, as crianças aprendem a internalizar sentidos positivos ou negativos sobre si mesmas, e a professora é uma das principais pessoas que vai lhes possibilitar “informações” sobre como e o quê elas são, e a partir do fornecimento dos principais dados sobre seu desenvolvimento, suas capacidades e habilidades. (SILVA, V., 2002, p.138).

Embora a visão sobre as questões étnico-raciais tenham se modificado, ainda podemos perceber que as discussões sobre igualdades sociais, preconceitos raciais e discriminação no âmbito escolar, sejam colocadas em segundo plano em função da valorização de conteúdos sistematizados e exigidos por meio do currículo. Não queremos minimizar a importância dos conteúdos, exigidos e trabalhados, em sala de aula, mas não podemos negar a importância de um currículo que se manifeste em favor da valorização da cultura afro-brasileira e da igualdade entre todos os grupos étnico-raciais.

O preconceito racial é propagado e disseminado dentro escolas, que deveriam ser um local de reafirmação de valores e acolhimento das diferenças. Embora a escola seja pensada como um espaço de construção de conhecimento e saberes, ela se revela como transmissora e representante da cultura de classes, e de forma velada transmite a cultura de um grupo étnico-racial dominante. A cultura de superioridade do branco sobre o negro. Podemos observar as muitas lacunas existentes nos conteúdos escolares, no que se refere às referências históricas e culturais e a todo processo de formação do povo brasileiro, fato que contribui para o negativismo e o enfraquecimento da autoestima das crianças e jovens.

O currículo, de forma a ocultar as verdadeiras intenções dos grupos dominantes, naturaliza e introduz como verdade a interiorização do negro e da cultura advinda da África. Podemos perceber que nas aulas de História o negro é sempre associado a escravidão, a inferioridade, incapacidade entre outras características negativas associadas a cor da pele, apesar de haver muitos aspectos positivos na vinda desse grupo ao Brasil.

As políticas compensatórias na educação, como as cotas para negros e pardos, bolsas e as vagas em concursos públicos acabam sendo distorcidas de tal maneira, que levam a ser pensadas como favores aos incapacitados.

No espaço escolar, a criança é, desde muito cedo a conviver e naturalizar algumas práticas escolares. Cavalleiro (1998) discorre sobre um estudo realizado com alunos da educação infantil, trazendo a convivência entre crianças brancas e negras e o modo como as relações interpessoais são percebidas nesse ambiente. A autora descreve

relatos das crianças, onde são presenciados o racismo e a discriminação das mais variadas formas. A cor preta é associada, pelas crianças, com sujeira, com algo ruim e feio, e as mesmas reclamam da falta de atitude das professoras para combater ou minimizar essas ofensas. Chamou-nos a atenção a fala de Carla (negra, 5 anos) “As crianças me xingam de preta que não toma banho. (...) ficam me xingando de preta que não toma banho. Conte para a professora e ela não fez nada.” Assim a criança adquire uma consciência de que sua cor lhe inferioriza diante do outro.

Perguntamos aos professores **de que forma as questões étnico-raciais são trabalhadas em sala de aula**, logo as professoras responderam;

Trabalhamos através de poemas, rodas de conversas, através das historinhas contadas, dos vídeos e principalmente nas ações diárias. Conversando, sempre, sobe a importância do respeito. **(Maria)**

Trabalhamos no dia-a-dia sobre a importância de respeitar as diferenças e conviver em paz com todos. **(Rita)**

Não temos, no momento, nenhum projeto voltado às questões étnico-raciais, mas conversamos sempre sobre o respeito para com o outro. No mês de novembro intensificamos as discursões e comemoramos o dia da consciência negra. **(Luana)**

Trabalhamos nas aulas de História o contexto histórico do negro no Brasil e sua importância para formação do povo brasileiro. Nas disciplinas procuro enfatizar a importância do respeito para com todas as diferenças. **(Estrela)**

Procuro ir além dos conteúdos dos livros didáticos. Procuro exaltar os aspectos positivos da existência das diversas raças. No dia 20 de Novembro comemoramos o dia da consciência negra. **(Georgia)**

Por meio da fala dos professores percebemos que não existe um projeto direcionado às questões étnico-raciais, mas, mesmo não havendo um projeto voltado para temática os professores afirmam que o respeito e a igualdade são trabalhados nas práticas diárias. Para Bento (2011) A escola é um espaço importante na construção da identidade da criança e os professores que atuam, diretamente, com essas crianças contribuem significativamente nesse processo.

Dois, dos professores entrevistados, falaram da comemoração do dia da consciência negra. Isso nos remete a nossa terceira questão. A pergunta feita aos professores foi a seguinte: **Você já ouviu falar, e/ou conhece as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008? Caso a resposta seja SIM, quais aspectos dessas Leis mais lhe chama a atenção? Por quê?**

Conheço, sei que se trata da implementação do estudo da cultura afro-brasileira no currículo. Acho importante que seja obrigatório essas questões, uma vez que o negro é tão discriminado na escola e na sociedade. **(Maria)**

Sim. Essas Leis obrigam as Escolas a ensinar mais sobre a cultura dos descendentes africanos aqui, no Brasil. É muito importante, conhecer as próprias origens, já que todos nós somos de origem africana. **(Luana)**

Se refere ao estudo do negro e da sua cultura. **(Georgia)**

Com base nas respostas fornecidas, podemos perceber que as ações desenvolvidas na escola pouco têm colaborado para que a maioria dos professores entenda de fato o objetivo da Lei e que não existe muita clareza nas respostas, por parte dos sujeitos da pesquisa. Três dos professores se mostraram ter uma noção, enquanto os outros dois membros da pesquisa não conseguiram responder a nossa pergunta, o que nos leva a perceber que existe uma lacuna na formação docente.

As Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que altera a Lei 9.394/96 (LDBN), instituiu-se a obrigatoriedade do ensino de História e cultura afro-brasileira e africana, estabelecendo a prática da educação das relações étnico-raciais como parte do currículo. A alteração do artigo 26A da LDB exerceu uma influencia significativamente positiva no que concerne à produção literária brasileira e as mudanças em outros aspectos, já no contexto escolar, na prática diária, não podemos ser tão otimistas, pois o cenário nas escolas está longe de ser o ideal. Pelo resultado obtido na indagação feita aos professores, podemos perceber que, depois do tempo decorrido da criação das Leis, os professores ainda não conhecem a sua significância, algumas respostas sem a inserção de um contexto maior nos mostra certo conhecimento, porém percebemos que a relevância a essa temática ainda é mínima. A pouca relevância dada a Lei, por parte de alguns professores, nos leva a perceber que a política do trabalho nas relações étnico-raciais, nas escolas, não está contemplando a necessidade advinda da problemática.

Reforçado que o professor é o principal responsável pela mediação das relações construídas na sala de aulas, podemos deduzir que:

Os educadores devem ter como meta levar para o espaço escolar a discussão da diversidade racial da sociedade, discutindo os problemas sociais e as diferentes proporções em que atingem os diversos grupos raciais (CAVALLEIRO, 2004, p.123).

As mudanças propostas pelas Leis têm sido um grande desafio para os sistemas educacionais brasileiros. Tendo em vista que as ações docentes podem interferir na realidade dos movimentos étnico-raciais nas escolas. Assim, é importante que se reflita sobre a formação dos professores para uma melhor consolidação das Leis.

Vale lembrar que as mudanças na LDBN não foi um processo espontâneo, elas são fruto de muita luta dos movimentos sociais, sendo uma conquista muito importante para o movimento negro. A expressão “segunda abolição”, utilizada por Lima (2010) devido a relevância das modificações para a valorização das origens africanas mostra que “[...] ao longo de nossa história, têm existido preconceitos, relações de discriminação e exclusão social que impedem muitos brasileiros de ter uma vivência plena de sua cidadania” (BRASIL, 1997, p. 15).

Assim como os professores a maioria dos alunos desconhece os aspectos das Leis, bem como a história do Africano e do afro-brasileiro e sua cultura, embora a Lei tenha sido criada para alcançar todos os envolvidos no processo de educação.

Perguntamos aos sujeitos da pesquisa **se eles se sentem preparados para trabalhar com a questão étnico-racial?**

A temática é de grande complexidade, pois trabalhamos com crianças advindas de muitas partes da cidade. Crianças de cor branca, pardas e negras. E o preconceito existe, e é naturalizado, muitas vezes pelo próprio sistema educacional. (...) Não temos uma formação voltada a essa temática. Trabalhamos com o que conhecemos. **(Maria)**

Trabalho na sala de aula focando pela igualdade entre os alunos, mas falta mais informações e capacitações, por parte das instituições de ensino e também das instancias educacionais superiores, pois essa ainda é uma questão pouco trabalhada. **(Rita)**

Embora o racismo seja um problema tão presente nas escolas, ainda falta investimento em formação para os professores. Criaram Leis para garantir o ensino sobre as questões étnico-raciais, mas não preparam os professores. **(Luana)**

Não conheço muito bem sobre a lei. O que faço na sala de aula é reforçar os valores, como o respeito, por exemplo. Mas sei que isso não é o suficiente. **(Estrela)**

Não. Pois essas questões são muito presentes na sala de aula. Então somos obrigados a buscar informações sobre o tema e formas de como trabalhar. **(Georgia)**

As respostas apresentadas mostram a necessidade de mudança na situação, de um maior conhecimento sobre a Lei e também que as políticas voltadas para uma maior

capacitação do professor sejam desenvolvidas. Os professores têm consciência de que há a necessidade de mudança no cenário educativo, no que concernem as questões étnico-raciais, porém o sistema educativo não tem promovido as oportunidades necessárias.

O receio do despreparo e a limitação nas respostas dos professores dificulta o enfrentamento para a elaboração de novos meios de aprendizados, pois o professor acaba acreditando que o que tem, é por hora, suficiente. Ainda existe outro ponto, sabemos que só é possível transmitir aquilo de que se tem amplo conhecimento. O professor vai passar para os alunos, por meio das aulas ou do comportamento, seus valores, suas crenças e tudo aquilo que conhece e acredita.

Além disso, para que a ação educativa seja efetiva, é necessário que o professor construa conhecimento sobre as especificidades dos objetos do ensino e sobre as condições didáticas necessárias para que as crianças possam apropriar-se desses objetos. (BENTO, 2011, p.96)

Identificamos que os professores reconhecem a importância de trabalhar com as questões étnico-raciais, em todo cotidiano escolar, não somente em momentos isolados. Entretanto, os relatos acima nos permite entender que, ao mesmo tempo em que reconhece a importância de trabalhar, de fato, com o que manda as Leis supracitadas, demonstram que não há ações programadas e direcionadas, sendo efetivado o trabalho de conscientização dos alunos, por meio de conversas.

Não estamos questionando a importância do diálogo em sala de aula, mas queremos chamar a atenção para a importância de ações refletidas e direcionadas por parte dos professores, para proporcionar aos alunos elementos para o entendimento das relações étnico-raciais existentes no país.

Ainda sobre a atuação do professor no processo de construção das relações e intervenção nas práticas racistas elaboramos a seguinte pergunta: **Na sua compreensão qual o papel do (a) professor (a) no processo de formação dos alunos, para evitar o preconceito racial na sala de aula e na escola? Que posturas e atitudes que devem ser tomadas para a desconstrução do preconceito e do racismo sofrido pelas pessoas no ambiente escolar?**

O professor é responsável pela construção das relações em sala de aula. (lembrando que o racismo é muito presente entre os alunos desde muito cedo) Ele, além, de ensinar os conteúdos, tem o papel reforçar os valores trabalhados em casa. O professor não deve reforçar o racismo, e nem permitir atitudes racistas. Há muito caso de racismo na minha sala. (Maria)

O papel o professor é trabalhar de forma igualitária com todos os alunos, independente de cor, religião ou classe social... acredito que as instituições devem investir mais em formação para o profissional docente, afim de combater as práticas racistas. **(Rita)**

O professor é o mediador do conhecimento e das relações que os alunos estabelecem no contexto escolar. Claro que as famílias são responsáveis pela formação inicial, mas a escola reforça os valores. Vejo que o ponto de partida para combater ou minimizar o preconceito é uma parceria com a família. Bem como o desenvolvimento de projetos voltados a temática. Procuro trabalhar a igualdade e combater qualquer forma de preconceito e discriminação. **(Estrela)**

Trabalho com o dialogo, reforçando a igualdade, em caso de atitudes racistas em sala, volto minha aula para conversar sobre o respeito e reforçar a igual importância de todos os grupos sociais. Pois sei da importância do professor, enquanto formador de opiniões. **(Georgia)**

Nas respostas acima elencadas, percebemos que ainda há muito a se pensar no processo de construção das relações em sala de aula e nas práticas educativas. Segundo Cavalleiro (2004) as atitudes comportamentais, do professor em sala de aula, podem produzir nos alunos efeitos psicológicos gravíssimos. Quando o professor faz distinção entre alunos brancos e negros, manifestando carinho, atenção, cuidados diferenciados, mesmo que inconscientemente, pode causar sérios danos a vida dessa criança. Ela acreditará que é inferior e assim se comportará, diante da sociedade.

Em se tratando de que forma os professores trabalham em sala de aula com seus alunos sobre as questões étnico-raciais, pode disseminar o preconceito e a discriminação. E assim prejudicar o processo de identificação da criança com suas origens. É interessante percebermos que as respostas dos professores, quando falamos de atitudes preconceituosas, racismo, discriminação racial sempre são direcionadas para o respeito entre alunos, as diferenças, assim fica visível que os professores acabam camuflando ate mesmo a forma de se expressar.

O racismo na escola precisa ser minimizado ou até mesmo erradicado, para isso, os professores precisam trabalhar na perspectiva de programar propostas metodológicas capazes de propiciar aos alunos o entendimento, a compreensão e sensibilização de que independente das diferenças étnico-raciais, o “ser” faz parte de apenas uma “raça” - a humana, logo, os indivíduos devem cumprir seus deveres e merecem os mesmos direitos, dentre eles, o de ser livres, inclusive de manifestações/comportamento de racismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que os estudos bibliográficos e a pesquisa de campo realizados nesse trabalho, assim como os resultados alcançados na pesquisa, ampliaram nossa visão acerca do preconceito étnico-racial.

Investigar um problema dessa natureza, que afeta uma parcela tão significativa da população brasileira, e que é ao mesmo tempo, naturalizado, nos fez perceber a urgência de políticas públicas que possibilitem a inclusão (no sentido amplo da palavra), de todos os grupos étnico-raciais de fato, na escola e na sociedade. Percebemos que a ótica dos professores e autores pesquisados se convergem em alguns pontos, no que diz respeito as práticas racistas e o despreparo do professor para trabalhar com a problemática.

Como pesquisadores e educadores, atuantes na Escola pública, podemos perceber que a realidade é cruel, pois o sistema educacional falha no cumprimento das Leis que asseguram o estudo da cultura africana e afro-brasileira nas escolas, não prepara os profissionais e não cobra a atuação docente, no sentido de uma educação igualitária.

Através desse estudo pudemos perceber os inúmeros fatores subjacentes às práticas racistas como: O despreparo do professor para efetivar as políticas educativas; O currículo que é trabalhado nas escolas que naturaliza o sentimento de superioridade do negro em relação ao branco; O desconhecimento e conseqüentemente o descumprimento das leis que asseguram a obrigatoriedade do ensino da Cultura e história do africano e do afro-brasileiro, fazem com que a escola e os professores não trabalhem essas questões de forma crítica, a promover o respeito às diferenças entre os povos.

A formação do povo brasileiro está pautada na diversidade étnica e cultural. As diferenças físicas e a miscigenação, aliadas a desinformação levam ao preconceito. Podemos constatar que a raiz do preconceito racial vem das interpretações errôneas acerca do processo histórico do negro. Mesmo diante de uma mudança significativa na legislação, ou seja, mesmo o preconceito étnico-racial sendo punido com base na Lei 1063/2003, existe no Brasil um sentimento de superioridade do branco para com o negro.

Nesse contexto a escola tem de ser um espaço exemplar, um lugar onde a intolerância a atos discriminatórios deva ser percebido, identificado e falado e não entendida como algo sem sentido e prejudicial ao funcionamento da sociedade. O racismo deve ser um assunto, uma temática aberta, que seja estudada diariamente e não

tratado como um tabu, pois é falando que podemos mudar, primeiramente, a nós mesmos, a escola e a sociedade.

REFERÊNCIAS

AMANCIO, Iris M. da Costa. (Org.) **Africa-Brasil: matrizes, heranças e diálogos contemporâneos**. BH: Editora da PUC Minas, 2008.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases Nacional. (LDBN)** Brasília, DF, Senado, 1996.

BRASIL. **Lei n.º 10.639** de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003.

BRASIL. LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, jul, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>. Acesso em: 27 dez. 2017.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. Centro de estudos das relações de trabalho e desigualdades – CEERT, 2011.

CAVALLEIRO, Eliana dos Santos. **Do silêncio do lar ao fracasso escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil [Dissertação de mestrado]. São Paulo: Universidade de São Paulo – Faculdade de Educação, 1998.

_____, Eliane Dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: 5º Ed. Contexto, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. O olhar imperial e a invenção da África. In: _____. **A África na sala de aula**: visita a história contemporânea. São Paulo: Selo

LIMA, Fabiane Andrea da Silba Barcheski. **Lei 10.639/03**: contribuições para uma educação igualitária. (Monografia) Universidade Estadual de Londrina, PR, 2010.

LOPES, NEI. Introdução ao racismo. In: _____. **O racismo explicado aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2007. p. 7-22.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia. 7. Ed.- São Paulo: Atlas 2010.

MINAYO, M. C. de S. [et al.] (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.]

REIS, Liana Maria. Africanos no Brasil: saberes trazidos e ressignificações culturais. In:

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. p. 39-68.

SANTOS, Gevanilda; SANTOS, Maria José Pereira; GALVÃO, Mariana. Direitos humanos e as relações étnico-raciais e de gênero. In: MORAIS, Célio Vanderlei (org.). **Educação, participação política e direitos humanos**. São Paulo: Editora e livraria Instituto Paulo Freire, 2011. p. 81-93.

SILVA, Vera Lucia da. **Os estereótipos racistas nas falas de educadores infantis – suas implicações no cotidiano educacional da criança negra** [Dissertação de mestrado em educação]. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense – faculdade de educação, 2002.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **Pesquisa Científica**; GERHARDT, Tatiana Engel; RAMOS, Ieda Cristina Alves; RIQUINHO, Deise Lisboa; SANTOS, Daniel Labernarde dos. In: **Estrutura do Projeto de Pesquisa**. Org. por Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira. Métodos e Pesquisa. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdrdownloads/Seriederad005.pdf>>. Acesso em 15 de junho de 2018.

APÊNDICES

PÉNDICE A



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO**



**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO**

(Conforme Resolução do CNS/ No. 466/2012).

Prezado(a) participante,

Sou estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande, *campus* de Cajazeiras/PB e estou realizando uma pesquisa sob a supervisão da Professora Me. Belijane Marques Feitosa (UFCG), que tem como título: REFLEXÕES ACERCA DO PRECONCEITO ÉTNICO-RACIAL EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE CAJAZEIRAS-PB, cujo objetivo é discutir acerca da temática do preconceito étnico-racial em uma Escola Estadual de Cajazeiras-PB.

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada, se assim você permitir, e terá duração aproximada de vinte minutos. A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a). Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você contribuirá com a produção de conhecimento científico na área educacional.

A pesquisadora Maézia Santana Fernandes Burity estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participação na pesquisa e para a publicação dos resultados. Estou ciente e acuso recebimento de uma cópia deste documento.

Cajazeiras, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) entrevistado(a)

Assinatura da Pesquisadora

Contatos da pesquisa:

UAE/CFP/UFCG – Rua Sérgio Moreira de Figueiredo s/n, Casas Populares – Cajazeiras-PB.

Fone: (83)3532-2000

E-mail: maeziageorge@gmailcom Fone: (83)9.9113-6653

APÊNDICE B



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO**



QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Escola: _____

Idade: _____ Estado civil: _____ Cor/Raça: _____

1.1 FORMAÇÃO BÁSICA:

Tempo de atuação no Magistério: _____

Formação/Graduação (Curso): _____

Especialização (Curso): _____

Mestrado (Curso): _____

Doutorado (Curso): _____

APÊNDICE C



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO**



ROTEIRO DE ENTREVISTA (QUESTIONÁRIO)

1. Para você, o que é preconceito racial?
2. De que forma você trabalha a questão da diversidade étnico-racial?
3. Você já ouviu falar, e/ou conhece as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008? Caso a resposta seja SIM, quais aspectos destas Leis mais lhe chama atenção? Por quê?
4. Você se sente preparado (a) para trabalhar com a questão da diversidade étnico-racial? Por quê?
5. Na sua compreensão, qual o papel do(a) professor(a) no processo de formação dos(as) alunos(as), para evitar o preconceito racial na sala de aula e na escola? Que posturas e atitudes você acredita que devem ser tomadas para a desconstrução do preconceito e do racismo sofrido pelas pessoas no ambiente escolar?